

«Dossier Ergenekon»: golpe na Turquia?

Eda Çetin e Sílvia Lima . IEEI

A investigação da chamada conspiração «Ergenekon» – nome do vale lendário onde teria o seu berço o povo turco – está a agitar a opinião pública turca desde o começo de operações policiais, no Verão do ano passado. A primeira grande operação teve lugar em Junho de 2007, quando a polícia descobriu num apartamento no bairro de Umraniye (Istambul), grandes quantidades de armas e munições. No âmbito da investigação, 86 suspeitos ficaram sob custódia policial, dos quais 48 permanecem detidos. Alegadamente pertencentes a uma rede terrorista, os acusados estariam a planear um golpe de Estado, a ter lugar no início de Julho de 2009.

Trata-se de uma investigação conduzida pela Procuradoria de Istambul no âmbito do artigo 250 do Código do Processo Criminal, que estabeleceu, no contexto da luta contra o terrorismo, 18 tribunais especiais, em 8 províncias da Turquia. O caso «Ergenekon» foi entregue ao Supremo Tribunal de Istambul a 14 de Julho, e a sua decisão, validando ou anulando a acusação preliminar constituída pela Procuradoria, será conhecida em finais do corrente mês. Investigações deste género têm sido comuns nos últimos anos na Turquia, mas este caso suscitou ampla controvérsia, não só porque a lista dos suspeitos inclui nomes proeminentes da sociedade turca, nomeadamente das Forças Armadas (tradicionais garantes e peça dominante da República da Turquia como Estado secular fundado pelo marechal Kemal Atatürk), mas sobretudo porque surge num contexto político já dominado por um outro processo judicial em curso, esse contra o partido no governo, o AKP, com o objectivo de o declarar ilegal e proibir o exercício de actividades políticas aos principais dos seus membros.

Uma das críticas a esta investigação sustenta, precisamente, que o caso «Ergenekon» não é mais do que uma resposta organizada pelo AKP na sequência das acusações levantadas contra o referido partido. O «dossier Ergenekon» seria parte de uma «guerra civil» judicial.

Neste processo, os suspeitos são acusados de crimes diferentes. Há acusações de «participação num grupo armado terrorista», de «apoio e encorajamento de uma organização armada terrorista», de «tentativa de destruição do governo da República da Turquia ou de bloqueio à execução dos seus deveres», de «incitamento à rebelião contra a República da Turquia», de «posse e uso de explosivos e de incitamento de outros no cometimento destes crimes», de «incitamento de terceiros na execução dos ataques de 2006 ao Conselho de Estado e aos escritórios do jornal *Cumhuriyet* em Istambul», de «aquisição de documentos confidenciais sobre a segurança nacional», de «recolha de dados pessoais», de «encorajamento de militares à desobediência aos seus superiores», de «ódio e hostilidade» e de outros crimes semelhantes.

Perante esta variedade de crimes e acusações, o Partido Republicano do Povo (CHP), desafiou a Procuradoria a revelar qual foi, afinal, o denominador comum nesta investigação. Uma incongruência apontada é o facto de o ataque ao jornal *Cumhuriyet* constar da lista de crimes perpetrados por esta rede, quando o próprio director do diário, Ilhan Selcuk, permanece detido no quadro desta investigação. Por outro lado ainda, os críticos do caso «Ergenekon» referem que a investigação se sustenta num alegado texto de um almirante na reserva, Ozden Ornek, antigo comandante da marinha, publicado pela revista «Notka» (entretanto encerrada pelo proprietário devido a múltiplas ameaças), mas que o próprio naturalmente nega ser de sua autoria dado o sugestivo título: «Darbe Gunlukleri» ou «Diários de um Golpe». No entanto, o processo de acusação da Procuradoria, conhecido recentemente, não faz qualquer referência explícita ao livro, embora acolha algumas das suas revelações, o que para alguns comentadores torna incompreensível a ligação estabelecida pelos procuradores entre os suspeitos e os crimes de que são indiciados.

Para os que defendem esta investigação, como os jornais *Zaman* e *Taraf*, a rede «Ergenekon» estaria efectivamente a elaborar, desde 1999, um plano de acção, sob o nome de código «Lobby», que pretendia reestruturar a vida pública do país. Todas as contradições aparentes no processo e no seio do grupo de golpistas se inscrevem numa lógica de provocação e vitimização e de formação de uma ampla coligação nacionalista e laicista. O objectivo seria organizar os jovens de acordo com uma ideologia oficial, estabelecer grupos paramilitares poderosos para combater o crime organizado e o terrorismo separatista, desafiar o ressurgimento religioso na sociedade turca.

Trate-se esta investigação de uma disputa pelo poder entre um partido governamental pós-islamista (o AKP), em risco de ser banido sob a acusação de tentativa de destruição do Estado laico, e grupos laicistas radicais, como uns defendem, ou de uma operação de eliminação de redes golpistas, realmente muito activas em décadas passadas, como outros propalam, a verdade é que são as instituições

democráticas turcas e o seu bom funcionamento que estão em causa neste processo – e no que paralelamente corre contra o partido no poder por violação dos princípios laicos do Estado turco. As próximas semanas serão, assim, determinantes.

24 de Julho, 2008

Para saber mais

Imprensa turca (em inglês)

[Turkish Daily News](#)

[Today's Zaman](#)

[Dunya Gazetesi](#)

[Hurriyet Gazetesi](#)

[Milliyet Gazetesi](#)

[NTV](#)

[HaberTurk](#)

[Referans Gazetesi](#)